

Reflexões sobre o projeto político-pedagógico do IFRN: Propostas para o ensino de arte/música no ensino médio integrado

Comunicação

Ruãnn César Cezário Silva
POSENSINO – UERN/UFERSA/IFRN
ruann.cezar@gmail.com

Giann Mendes Ribeiro
giannribeiro@gmail.com
UERN/IFRN

Resumo: Este artigo tem como objetivo levantar algumas reflexões sobre o componente Arte/Música na educação profissional/ensino médio integrado. O texto aborda concepções e características versadas por autores da área da educação profissional com foco no ensino médio integrado em relação a produções textuais da área de educação musical. Essa discussão aqui fomentada tem o interesse de ser um ponto de partida para pesquisas futuras sobre música no ensino médio integrado. São mencionados alguns autores da área da educação musical, os quais fizemos um levante para compreensão das ideias de formação humana em relação a discussões versadas no campo da educação profissional.

Palavras chave: Ensino de Arte/Música; Ensino Médio Integrado; Educação Profissional.

Introdução

No início do século XX o Brasil vivenciou um crescimento significativo de indústrias e dos serviços de infraestrutura (edificações e transportes). Com esse novo processo de desenvolvimento, a necessidade de uma qualificação profissional acabou sendo um aspecto bastante relevante para formação de trabalhadores para atuarem no mercado de trabalho. Através da iniciativa de governos estaduais e do governo federal juntamente com a Igreja Católica, foram criadas escolas com o intuito de formação profissional, a qual institucionalizava a qualificação de mão-de-obra para atuação nos setores urbanos (MANFREDI, 2002).

Essas escolas inicialmente eram denominadas de Escolas de Aprendizes Artífices, instituídas pelo Governo Federal no ano de 1910, onde 19 escolas foram instituídas em 19 estados (Mato Grosso, Piauí, Goiás, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Paraná, Alagoas,

Campos/RJ, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Sergipe, Ceará, Bahia, Pará, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas) (KUNZE, 2009).

No Rio Grande do Norte, teve seu nome mudado para Liceu Industrial de Natal onde em 1968 tornou-se Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – ETRN. Em 1999 essa nomenclatura é novamente modificada para Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, onde em 2008 se institucionalizava como Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFRN.

O objetivo deste artigo é levantar reflexões sobre como o ensino de Música está posto na disciplina de Arte/Música a partir dos documentos do IFRN, compreender como está arquitetado o desenvolvimento desta área no em uma instituição de educação profissional com foco no ensino médio integrado. Trazemos também alguns recortes desses documentos para basear nossa discussão, além também de levantar alguns trabalhos da área de educação musical que versam sobre esta temática.

Ensino de Arte/Música no IFRN

Através de discussões e abordagens sobre formação integrada, percebemos que a busca por realizar essa proposta é algo quase que utópica, haja vista as mudanças impositivas realizadas pelo governo atual com mudanças retrógradas. É buscado por autores da área (CIAVATTA, 2005; FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS 2005; MOURA, 2007; SANTOS, 2011; OLIVEIRA, 2008; SAVIANI, 2007) a necessidade de um ensino pautado em produzir um ser humano com atributos que excedam as habilidades motoras técnicas, muitas vezes sendo fomentada este tipo de formação visando somente preencher a necessidade básica do mercado de trabalho.

Buscamos compreender como está posto nos documentos que norteiam o ensino de Arte/Música do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, objetivando averiguar aspectos disposto para o ensino da música em uma instituição de Educação Profissional.

O IFRN em seu Projeto Político-Pedagógico dispõe da disciplina de Arte/Música focando conceitos musicais teóricos, sociais, políticos e históricos. Mediante a construção organizacional do ensino de Arte no IFRN:

[...] é importante resgatarmos a trajetória desta disciplina na instituição, especificamente no período do CEFET. A disciplina de Arte, na Unidade da Sede do CEFET-RN, com a implantação do Decreto Nº 5.154 de julho de 2004, que instituiu os cursos de nível médio técnico integrado passou, a partir de 2005, a ser organizada em três projetos: música, artes cênicas e artes visuais (IFRN, 2012a, p. 96).

Esses três projetos compõem a estruturação do currículo de Arte, o foco deste artigo está direcionado para uma reflexão sobre essa disciplina no ensino médio integrado. Para a compreensão de como Arte está disposto no programa curricular, trazemos uma parte do texto que versa sobre o tema desses três projetos: música, artes cênicas e artes visuais. O texto relata que:

[...] o ensino da referida disciplina será ofertado em três semestres consecutivos, de modo que, em cada semestre, o aluno possa trabalhar com uma área do conhecimento. Os conteúdos que fundamentam as concepções gerais de arte, cultura e sociedade serão ministrados no 1º semestre da disciplina, independente da linguagem artística que venha a ser ofertada. Não há pré-requisito entre as linguagens a serem trabalhadas. A sequência será definida de acordo com a disponibilidade e formação do(s) professor(es) dos distintos campus (IFRN, 2012a, p 97).

A organização se constrói em referência as especificidades e características da formação dos docentes, onde esse profissional terá liberdade para atuar mediante a sua experiência teórico-prático. Em exemplo, o profissional docente de música trabalha de acordo com seu arcabouço musical, o qual este pode ter experiência em variadas vertentes performáticas musicais (canto; sopro; cordas; percussão; educação musical) e tem a liberdade de nortear sua prática pedagógica de acordo com subsídios construídos no decorrer de sua formação.

De acordo com a Proposta de Trabalhos nas Disciplinas nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado:

A concepção de ensino e referencial teórico para o ensino de música aqui apresentada está ancorada na Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa (1998) e nos estudos de Maura Penna (2008), Luis Ricardo Queiroz (2004), Marisa Fonterrada (1998) e Jusamara Souza (2008), entre outros (IFRN, 2012a, p.100).

É importante ressaltar a presença de autores da área de educação musical que são referências em discussões e formações conceituais para o ensino de música na educação básica,

onde ideias e concepções destes são referências para a estruturação do componente curricular de artes/música no ensino médio integrado. Mediante as ideias desses autores:

Essa concepção de ensino toma como princípio educativo a apreciação, a produção e a análise musical, sempre na perspectiva de propiciar aos alunos a compreensão e a reflexão da música como conhecimento construído numa perspectiva sócio-histórica e cultural, possibilitando aos mesmos reconhecer as manifestações artísticas e musicais produzidas em seu contexto sociocultural no sentido de valorizá-las como bens representativos para a comunidade e para o campo da arte (IFRN, 2012a, p.100).

É importante discutir esses aspectos pontuais deferidos pelos autores da área de educação musical, onde o conhecimento musical se dissemina baseado na formação social, história e cultural, trazendo aspectos multidisciplinares a partir da música.

Em relação à proposta para a disciplina de Arte, o PPP traz “em sua abordagem a criação, a leitura e a contextualização para o desenvolvimento de conteúdos de arte” (IFRN, 2012a, p. 106). Para essa abordagem:

Essa proposição harmoniza-se com a perspectiva apontada no Projeto Político-Pedagógico/PPP do IFRN ao invocar procedimentos de ensino que contemplem a interdisciplinaridade e a contextualização, respeitando-se os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes, bem como suas bagagens culturais para viabilizar a formação integral destes (IFRN, 2012^a, p. 106).

Essa formação integral é o ponto chave das discussões de autores que versam sobre a educação profissional (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005), de maneira que a construção do currículo de toda disciplina que compõem o ensino médio integrado colabore para a formação omnilateral do indivíduo.

Sobre conteúdos que deverão ser trabalhados no ensino médio integrado, estes “devem ser sistematizados de modo a contemplar as linguagens visuais, a música e as artes cênicas, numa abordagem multicultural, situando a arte na história, abordando suas dimensões estéticas, econômicas, políticas e sócio-culturais” (IFRN, 2012a, p. 107).

É importante ressaltar, que tendo em vista a implementação da Lei 11.769/08 no que se refere a obrigatoriedade do ensino de música no componente curricular Arte, atualmente entrou em vigor a Lei Nº 13.278 de 2 de maio de 2016, que dispõe da seguinte redação no §6º: “As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular

de que trata o §2º deste artigo” (BRASIL, 2016). A Lei sobre a obrigatoriedade do ensino de música foi alterada mediante a essa nova Lei, onde reforça a presença destas quatro linguagens referentes ao ensino de arte.

Ensino médio integrado

Através de reflexões sobre a o ensino médio integrado e discussões sobre a educação profissional, Moura afirma que:

Conclui-se que nos dias atuais, majoritariamente, o ensino médio privado e público, passa por uma crise de identidade e sentido. Conclui-se que uma das formas de contribuir para a construção de sentido e identidade para o ensino médio é buscar a sua integração com a educação profissional e a ampliação gradativa e com qualidade de ofertar nos sistemas públicos educacionais. Conclui-se ainda que essa expansão não visa, em princípio, a sua universalização. Entretanto, objetiva sedimentar as bases de uma futura educação tecnológica ou politécnica que deverá ser universal, pública, gratuita, laica e de qualidade, a ser implementada quando as condições objetivas da sociedade brasileira assim o permitir (MOURA, 2007, p. 4).

Ancorado na ideia de integração no ensino médio, é preciso refletir sobre como vem sendo tratado o objetivo da educação profissional, pois o conceito que fundamenta a formação integral difere do que o mercado de trabalho almeja em um profissional. O processo de educação básica e profissional no Brasil “está marcada historicamente pela dualidade. Nesse sentido, até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional” (MOURA, 2007, p. 5). Esta modalidade de educação tem:

[...] sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de ‘amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte’, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem dos bons costumes (MOURA, 2007, p. 6).

Moura (2007) traz reflexões que esta ideia de educação profissional é derivada de uma sociedade escravocrata o qual foi originada da coroa portuguesa, que o profissional deve ser mais um em uma massa hegemônica, que serve sua força de trabalho a fim de um salário mensal ou quinzenal. Refletindo sobre a textos de outros autores, Bezerra (2013) traz eu seu texto que “a

educação no capitalismo se organiza de modo a separar a formação manual da intelectual, o que culmina no desenvolvimento das capacidades humanas de forma desigual e excludente e na ampliação do processo de exploração e dominação” (p. 36).

Moura (2007) demonstra em seu trabalho que:

Tais reflexões e análises permitiram concluir que as características atuais da sociedade brasileira dificultam a implementação da politecnia ou educação tecnológica em seu sentido original, uma vez que, dentre outros aspectos, a extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar a inserção no mundo do trabalho visando complementar o rendimento familiar, ou até mesmo a auto-sustentação, muito antes dos 18 anos de idade (p. 19).

A classe operária é o alvo da educação profissional, pois tal classe, a classe dos trabalhadores, que recebem uma educação baseada apenas no manuseio do seu ofício de trabalho. Moura (2007) relata que:

A tentativa de implementar a politecnia de forma universal e unitária *não encontraria uma base material concreta de sustentação na sociedade brasileira atual (grifo meu)*, uma vez que esses jovens não podem se ‘dar ao luxo’ esperar até aos 20 anos ou mais para iniciar a trabalhar (p. 19).

Esse problema é versado por outros autores, Ramos (2007) traz indagações em relação a que tipo de educação queremos propor em nosso país:

Visamos uma sociedade que exclui, que discrimina, que fragmenta os sujeitos e que nega os direitos; ou visamos a uma sociedade que inclui, que reconhece a diversidade, que valoriza os sujeitos e sua capacidade de produção da vida, assegurando direitos sociais plenos? (RAMOS, 2007, p. 2).

Moura (2007) disserta que há uma solução transitória e viável, onde ele afirma que tal solução, advinda de:

[...] um tipo de ensino médio que garanta a integralidade de uma educação básica, ou seja, que inclua os conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, como também objetivos adicionais de formação profissional numa perspectiva de integração dessas dimensões. Essa perspectiva, ao adotar a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho como eixos estruturantes, contempla as bases em que se pode desenvolver uma educação tecnológica ou politécnica e, ao mesmo tempo, uma formação

profissional *stricto sensu* exigida pela dura realidade da sociedade brasileira (p. 19).

Moura (2007) descreve que “uma possibilidade para os filhos da classe trabalhadora é a tentativa de ingresso em uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” (p. 21), onde esta formação integral, será evidenciada superar o legado desta classe de permanecer sempre na mesma classe social, uma vez que esta, infelizmente é tratada com uma educação hegemônica, unitária e limitada a padrões do mercado de trabalho.

É interessante observar que os autores da educação profissional versam sobre a importância do homem em relação ao meio em que ele está posto refere-se a importância deste em virtude de mudanças daquilo em que o rodeia. Essas modificações são relatadas por autores como uma produção do homem, Saviani (2007) refere-se que a ação sobre o “ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho” (p. 154). Saviani descreve que:

[...] a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie (SAVIANI, 2007, p. 154).

Reflexões e discussões são aspectos importantes a serem levantados mediante a essa formação integral, sobre essa estruturação do homem como peça principal de produção de conhecimento e trabalho. Essa ideia de trabalho desenvolvida por Saviani, o qual menciona a continuidade da espécie através de experiências transmitidas de geração a geração, o aspecto coletivo é algo valoroso a ser destacado, pois se porventura conseguíssemos vislumbrar a humanidade trabalhando de maneira cooperativa, sem distinção de classes e através de uma perspectiva mais fraterna, poderíamos ascender o potencial da humanidade infinitamente mais.

No próximo tópico iremos relatar alguns trabalhos da área de educação musical a fim de refletir como tem sido construído a ideia de formação profissional.

Música na educação profissional e ideias consonantes com a formação integrada

Sobre trabalhos referentes ao ensino de música, trago alguns autores que evidenciam alguns aspectos de como está ocorrendo a prática dessa área no contexto da educação profissional. Raquel Carmona (2012), traz a educação profissional técnica em música abordando o perfil dos egressos, em seu texto ela discorre que:

Para os cursos técnicos de música, a legislação coloca as escolas de música e conservatórios a responsabilidade de formar um músico que extrapole a performance considerando que existe nos dias atuais um campo de trabalho em expansão para o músico que vai além da performance. A produção cultural, o turismo cultural, o lazer e o entretenimento no Brasil são colocados como setores emergente no século XXI. Para um campo que se mostra em expansão, os egressos dos cursos técnicos de música devem apresentar competências que lhes permitam explorar o campo de atuação profissional sem limitar à performance (CARMONA, 2012, p. 544).

Carmona (2012), levanta dados sobre a formação técnica musical de conservatórios e cursos técnicos que difere da relação de formação integral apresentada por autores citados anteriormente, uma vez que ela afirma que “o perfil proposto para os cursos de formação profissional técnica da área de artes, subárea ‘música’, foi o de ‘artista músico’. Esse perfil faz menção ao rompimento das amarras da tradição, cujo o foco é o músico instrumentista com uma formação tecnicista” (CARMONA, 2012, p. 545).

É interessante refletir que, embora a tradição tecnicista de apenas “tocar” tenha sido superada, onde atualmente o músico se torne um artista que difunde seu trabalho através das mídias e dos meios de comunicação, é evidente que essa formação musical está atrelada ao interesse do mercado de trabalho, fazendo com que indagações sejam levantadas em cima de leituras realizadas anteriormente, nos levando a pensar sobre essa formação delimitada a qual está baseada na demanda do mercado.

Carmona disserta que:

Embora haja reconhecimento na legislação de que o 'artista músico' já se faz presente entre muitos profissionais que atuam como autônomos, ou *freelancers*, uma vez que eles já utilizaram equipamentos tecnológicos em suas atividades profissionais, criam novas formas e espaços de atuação, demonstram diversidade, fica claro que esse perfil de músico precisa ser trabalhado na formação profissional técnica. Diante de diversos veículos midiáticos atuais como o rádio, a televisão, o cinema, a internet, entendeu-se como imprescindível que os cursos de formação profissional técnica atentassem para essa realidade e procurassem aproximar as propostas pedagógicas às demandas no mercado de trabalho na atualidade (CARMONA, 2012, p. 545).

É perceptível que o viés apresentado pela autora difere do que a formação integral defende, uma vez que a integração de conhecimentos relacionados com a bagagem do indivíduo e sua criticidade e reflexão sobre o mundo em que o rodeia, anda em contramão com aquilo que o sistema capitalista necessita. Maltauro relata em seu texto sobre a música na educação profissional que se “tratando da formação básica integrada à formação profissional, o currículo integrado vai além dos interesses do mercado, possibilitando que o aluno tenha acesso aos conhecimentos científicos e culturais ao mesmo tempo em que realiza sua formação profissional” (MALTAURO, 2016, p. 407). Esta autora reforça que a educação musical, diferente da tecnicista “deve contribuir para que o aluno se desenvolva em diferentes áreas, como intelectual, emocional, sensório-motor e social, indo além da estética e da alfabetização musical” (MALTAURO, 2016, p. 408).

Embora Carmona (2012) escreva que:

O empreendedorismo também tem sido questão mencionada por pesquisadores da educação musical como importante para a formação do músico profissional e na atualidade. Técnicas de inserção no mercado de trabalho, bem como o gerenciamento e visão ampla de cadeia produtiva da música, por exemplo, viabilizaram a ampliação das oportunidades de trabalho para o músico (p. 547)

É importante destacar a importância desse trabalho de Carmona (2012) no viés de uma das muitas vertentes que o profissional em música possa atuar, entretanto, este artigo propõe-se a refletir sobre o ensino de música na educação profissional buscando “compreender a educação musical dentro da educação formal como ferramenta de construção do ser humano, para além da esfera da indústria cultural e de seus interesses mercadológicos enfatizando a

importância da reflexão sobre o currículo dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio” (MALTAURO, 2016, p. 409).

Brito (2011) desenvolveu seu texto baseado nas ideias de compositor e educador musical Koellreutter, referências na área da música como compositor assim também como educador. A autora relata que:

As proposições pedagógicas de H-J Koellreutter, desenvolvidas no decorrer de sua vivência e experiência como músico e professor, sintonizam-se com o pensamento de pedagogos, cientistas e filósofos contemporâneos os quais apontam para novas possibilidades de trilhas e trajetórias no exercício do ser humano – **integralmente (grifo meu)** (2011, p. 2).

É interessante observar que a prática de um músico alemão, que vive há tanto tempo no Brasil, dispõe dessas ideias de integração oriundas de suas práticas de lecionar música. Brito (2011) menciona que:

Koellreutter priorizou a importância e o significado da música (e de arte) na vida humana, considerando que cada sociedade, com suas características e necessidades próprias, condiciona um tipo de arte. Assim sendo, a educação musical não era entendida como meramente um meio para a aquisição de técnicas e procedimentos necessários à realização musical (p. 2).

É importante frisar que essa formação que Brito (2011) relata do educador alemão é algo que entra em consonância com a formação integral relata por autores supracitados nesse texto. Brito (2011) relata que as práticas desse educador ainda são pouco conhecidas e assimiladas. Essa autora traz que a ideia de Koellreutter que:

Os processos na educação musical tenham como objetivo a formação integral do ser humano só podem acontecer em contextos que respeitem e estimulem os alunos a explorar, experimentar, sentir, pensar, questionar, criar, discutir, argumentar... Propostas que propiciem o desenvolvimento da autodisciplina e da capacidade de refletir, de questionar, de criticar, dentre outros aspectos, tornam-se, então, aspectos fundamentais em tal proposta, promovendo situações para o exercício da comunicação e do relacionamento humano, estimulando o debate e a conscientização de aspectos relativos à música e ao humano (p. 3).

Ideais como esse na educação musical são referências primordiais para que a música possa ser uma ferramenta também de integração. Um dos aspectos bastante fomentado por

Koellreutter em suas aulas de formação de professores era a motivação a criticidade, o questionamento e a indagação. Essa característica está baseada no desenvolvimento da autonomia, na criatividade, na perspectiva individual de cada ser, onde a pergunta era o ponto chave da busca por novas descobertas (BRITO, 2011).

Considerações

As discussões sobre a educação profissional, o ensino médio integrado vem sendo de grande importância para a área de educação como um todo, é necessário observar que para formar um ser, um cidadão, é preciso que este seja subsidiado por conhecimentos que englobem não só práticas tecnicista e trabalhistas. A formação cultural, filosófica, artística, política, tecnológica, científica e trabalhista devem vir a ser aspectos primordiais para uma integração eficaz.

Para que áreas instituídas no currículo da educação profissional venham a obter êxito, é preciso analisar as práticas de ensino que estão sendo realizadas nesses âmbitos, visando compreender como estão sendo formados esses discentes, esses alunos. Focando na área o qual esse artigo objetiva fomentar discussões e reflexões, é imprescindível averiguar como estão ocorrendo as práticas do ensino de música na disciplina de Arte/Música.

A amostra de trabalhos que versam sobre a formação voltada para o mercado de trabalho é algo preocupante, pois percebemos o quanto é ineficaz e nocivo formar um cidadão apenas para ser uma peça a mais em uma massa submissa aos interesses do capitalismo. Em relação a formação musical, advinda de uma das muitas disciplinas trabalhadas no ensino médio integrado, campo esse o qual esse artigo tem o interesse de levantar questionamentos, é importante “abrir os olhos” para essa formação omnilateral.

Baseado nessas reflexões e questionamentos aqui levantados, esse artigo pode ser tido como ponto de partida para pesquisas mais condensadas nessa área levantada aqui em questão, para que se possa averiguar, observar, descobrir como está sendo realizado o ensino de Arte/Música, como são as concepções de ensino dos docentes atuantes nessa disciplina, quais as características de ensino? Muitas pesquisas podem derivar desses questionamentos, o qual esperamos ter sido objeto de fomentação de indagações e curiosidades para pesquisas futuras neste campo da educação profissional/ensino médio integrado.

Referências

ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. Referências sobre práticas formativas em Educação Profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e a didática na Educação Profissional. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 07-43.

BRITO, Teca Alencar de. O humano como objetivo da educação musical: o pensamento pedagógico-musical de Hans Joachim Koellreutter, 2011. Disponível em: <<http://www.galileo.edu/esa/files/2011/12/3.-O-HUMANO-COMO-OBJETIVO-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-MUSICAL-Teca-Brito.pdf>> Acesso em: 26 nov 2016.

BEZERRA, Daniella de Souza. Ensino médio (des)integrado: história, fundamentos, políticas e planejamento curricular / Daniella de Souza Bezerra – Natal (RN), 2013. 124p. : il.

CARMONA, Raquel.. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM MÚSICA E PERFIL DO EGRESSO: UMA VISÃO ATUAL. In: II Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música/XVIII Colóqui do Programa de Pós-Graduação em Música da UNIRIO, 2012, Rio de Janeiro. O contexto brasileiro e a pesquisa em música. João Pessoa - PB, 2012. v. 2. p. 542-542.

CIAVATTA, Maria. A FORMAÇÃO INTEGRADA: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho Necessário (Online), www.uff.br/trabalhonecessario, v. 1, p. 1-28, 2005.

CIAVATTA, Maria; LIMA, Marcelo ; FRIGOTTO, Gaudêncio . A GÊNESE DO DECRETO N. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. Trabalho Necessário (Online), www.uff.br/trabalhonecessario, v. 1, p. 1-36, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Proposta de Trabalho da Disciplina de Arte nos Cursos Técnicos de Nível Médio*. Natal/RN: IFRN, 2012a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva*. Natal/RN: IFRN, 2012b.

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, p. 8-24, 2009.

MACHADO, L. R. S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, INEP, v. 1, n. 1, p. 08-22, jun. 2008.

MANFREDI, S. M.. Educação Profissional no Brasil. 1a.. ed. Sao Paulo: Cortez Editora, 2002. v. 2000. 317p.

MALTAURO, J.P.. A música na Educação Profissional? O currículo integrado do ensino médio ao ensino técnico. In: IV Simpósio Brasileiro de pós-graduandos em Música, 2016, Rio de Janeiro. Anais do IV SIMPOM, 2016.

MOURA, Dante Henrique. EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: DUALIDADE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO. Holos (Natal. Online), v. Vol 2, p. 4-30, 2007.

OLIVEIRA, R.. O crescimento do Ensino Médio na contramão da qualidade. Universidade e Sociedade (Brasília), v. 1, p. 203-209, 2008.

RAMOS, M. N. Concepção do Ensino médio integrado. 2007. Disponível em:<http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf>.

SANTOS, S. V. Possibilidades para EJA, possibilidades para a educação profissional: o PROEJA. In: Tânia Regina Raitz. (Org.). Os Tempos atuais e a educação e o trabalho na esteira das transformações. Curitiba: CRV, 2011, v. , p. 91-102.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. Campinas, v. 12, n. 32, p. 152-180, jan. abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2016.